

PÁGINA 5

milhões para o Rio Grande do Norte e R\$ 64,89 mil para o município de Santanópolis (BA). No acumulado do ano, as dívidas honradas pela União somam R\$ 3,38 bilhões. Desde 2016, a União realizou pagamentos que somam R\$ 89,90 bilhões para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a União realiza os pagamentos com a condição de que estados e municípios ofereçam contragarantias em valor igual ou superior. **PÁGINA 2**

O volume de vendas no comércio varejista registrou variação de 0,1% em agosto deste ano frente a julho, na série com ajuste sazonal, após queda de 0,8% no mês anterior. Com esse resultado, a média móvel trimestral para o varejo, depois de recuar 0,1% no trimestre encerrado em julho, volta a apresentar -0,1% de variação no trimestre encerrado em agosto. Os dados estão na Pesquisa Mensal do Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem. No ano, o varejo acumula alta de 1,7%, e nos últimos 12 meses, de 1,6%. Segundo o IBGE, no comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças; Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo. **PÁGINA 3**

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que a implantação do Portal Único de Comércio Exterior permitirá reduzir o custo Brasil em R\$ 40 bi por ano. Durante discurso em encontro com empresários baianos, em Salvador, Alckmin defendeu a simplificação dos procedimentos de importação e exportação e afirmou que o sistema estará totalmente implantado até dezembro. Segundo o vice-presidente, a ferramenta permitirá reduzir a burocracia na emissão de licenças e o tempo de espera das mercadorias nos portos. "Isso vai reduzir em R\$ 40 bilhões por ano o custo do Brasil", disse. Alckmin afirmou que cada dia de carga parada representa um custo equivalente a 0,8% de seu valor. "Se ele ficar cinco dias parada lá, já perdeu 4% do valor da carga", exemplificou. Ele explicou que, anteriormente, a exportação de três produtos poderia exigir três licenças diferentes, enquanto o novo sistema permitirá utilizar uma única licença com validade de dois, 3 ou 4 anos, dependendo da mercadoria. **PÁGINA 2**

O colegiado do Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ) homologou, por unanimidade, em sessão plenária ontem, o resultado da retotalização de votos para o cargo de governador nas Eleições de 2026. Com isso, o presidente da Corte Eleitoral fluminense, desembargador Claudio de Mello Tavares, proclamou Douglas Ruas (PL) eleito no primeiro turno, já que obteve mais da metade dos votos válidos. “Os votos computados demonstram que a chapa integrada por Douglas Ruas dos Santos e Fernanda Anchieta Louback foi eleita para os cargos de governador e vice-governadora, com 50,88%, sendo desnecessária a realização do segundo turno, por terem obtido a maioria absoluta. **PÁGINA 5**

RICARDO STUCKERT/PR



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) **(foto)** declarou ontem em sabatina para a TV Globo que é favorável à redução da maioria penal para 16 anos em caso de crimes hediondos. Lula, porém, disse que o tema não deve ser discutido junto com a Proposta de Emenda à Constituição que reformu-

la a segurança pública. "Eu sou favorável a reduzir para 16 anos, mas não discutindo nessa PEC, porque ela não é para isso. Eu acho que a sociedade brasileira inteira é favorável à punição de qualquer crime hediondo", declarou Lula, que disse ter essa opinião "como cidadão brasileiro". **PÁGINA 7**

O Hospital Geral de Bonsucesso chegou à marca de 450 leitos em operação para atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Parte do Plano de Reestruturação dos Hospitais Federais do Rio de Janeiro, o hospital retomou o funcionamento da emergência 24 horas e chegou a 390 leitos em operação. Ontem, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, visitou o hospital. “A gente comemora, hoje, aumentar em três vezes o volume de cirurgias do Hospital Bonsucesso, de cerca de 500 para mais de 1,6 mil cirurgias realizadas. O volume de exames, que era em torno de 20 mil, ultrapassou 170 mil. Aumentou duas vezes o volume de internações. **PÁGINA 5**

IBOVESPA (1,37%) / 186.340,46 / 2.512,87 / Volume: 26.573.658.581 / Negócios: 3.824.230										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)	EURO turismo							
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	-0,32% (ago.)	Compra	5,9158	Venda	6,0959			
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.													
ITUB4	44,28	+4,68	+1,98	FSPF11F	0,25	+38,89	+0,07	SEQL3	0,060	-14,29	-0,010	Dow Jones	52.048,83	+0,71	Taxa Selic		CDI				DÓLAR Ptax - BC			
BDBC4	18,51	+4,11	+0,73	FSRF11F	0,09	+28,57	+0,02	SEQL3F	0,070	-12,50	-0,010	S&P 500	7.764,7	+1,49	(16/09)	13,75%	(16/09)	13,65%	Compra	5,1809	-0,76%			
MGLU3	7,46	+12,52	+0,83	TOKY3F	10,900	+19,00	+1,740	AMBP3	0,17	-10,53	-0,02	US Tech 100	29.716	+2,97	TR		OURO				DÓLAR comercial			
ITSA4	14,60	+3,11	+0,44	CTAX3F	1,830	+18,83	+0,290	COCE3	29,41	-9,51	-3,09	Euronext 100	1.897,91	+0,89	(30/09)	0,1690%	BM&F/grama/RJ	R\$ 713,49	Compra	5,1737	Venda	5,1743		
CSAN3	3,96	+6,45	+0,24	CTAX3F	1,650	+17,86	+0,250	JFEN3F	2,09	-8,33	-0,19	CAC 40	8.138,94	+0,92	Poupança		EURO Comercial				DÓLAR turismo			
												FTSE 100	10.739,01	+0,75	(30/09)	0,6698%	Compra	5,8589	Venda	5,8595	Compra	5,1906	Venda	5,3706

Economia

MERCADOS



Tarifa zero para transporte e Datafolha derrubam Bovespa

JULIANA MACHADO/AE

Depois de passar o período da tarde na faixa dos 205 mil pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) intensificou as perdas na última hora do pregão e chegou a se aproximar do piso registrado no começo do dia (203.110,43 pontos). A notícia de que o presidente Lula (PT) anunciará tarifa zero no transporte de ônibus urbano aos fins de semana e feria-

dos, somada à maior apreensão do mercado com a divulgação da pesquisa presidencial Datafolha, fez com que os investidores adotassem uma postura ainda mais defensiva.

No fechamento, o índice caiu 1,06%, a 204.324,26 pontos. Na semana, já recua 2,27%. No mês, ainda sobe 9,65% e no ano, 26,81%. O giro no dia foi de R\$ 27 bilhões, relativamente menor do que a média das sessões.

SAFRA

Produção brasileira de grãos deve aumentar apesar do El Niño

IARA BALDUINO/A BRASIL

A produção brasileira de grãos da safra 2026/2027 deve superar 367 milhões de toneladas, um aumento de 1,4% em relação à safra anterior. A projeção foi divulgada ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a partir de dados reunidos no 1º Levantamento de Safra de Grãos 2026/2027.

O crescimento se dá pelo aumento da área cultivada, que deve crescer 2,3% em relação à última safra e chegar a 85,4 milhões de hectares.

A colheita da soja deve ter um pequeno aumento, de 0,7%, chegando a 181,6 milhões de toneladas. A área a ser semeada deverá ter um crescimento de 1,4%, com destaque para os estados de Mato Grosso e Paraná que, juntos, concentram mais de 60% da área de cultivo do grão.

No caso do milho, o aumento da produção deve ser de 2,4%, com volume total de grãos podendo chegar a 148 milhões de toneladas. O crescimento é puxado pelo aumento da área plantada, que deve crescer 4,9% em relação ao ciclo de 2025/2026.

A produção de feijão deve permanecer estável com volume estimado em 2,9 milhões de toneladas. A projeção para a área semeada na primeira safra é de 808,2 mil hectares, aumento de 1,9% em relação ao último ciclo. E na segunda safra, 963,1 mil toneladas, 1,1% inferior em relação à safra passada. O Brasil colhe, anualmente, três safras de feijão.

ARROZ

A Conab prevê uma queda na produção do arroz de 2,9%, apesar de um aumento na área semeada. O plantio em sequeiro deve aumentar 7,1%. Já o plantio em área alagada,

que é a maior parte da produção nacional, deverá permanecer estável, com pequeno aumento de 0,4%.

O motivo da queda de produtividade é o impacto do El Niño, que deverá afetar o volume de chuvas na Região Sul, onde fica a maior parte da produção nacional de arroz.

Segundo o Painel do El Niño, o fenômeno meteorológico atingirá o Brasil de forma severa neste segundo semestre de 2026 e início de 2027. Como consequência, a previsão é que a Região Sul tenha chuvas acima da média histórica, com riscos de inundações, temporais e enchentes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As regiões Norte e Nordeste terão o problema oposto, uma seca severa e estiagem. O Centro-Oeste e o Sudeste serão afetados principalmente pelo calor extremo.

A produção prevista para o trigo é de 5,7 milhões de toneladas este ano. O volume equivale a uma redução aproximada de 27,2% em comparação à safra anterior. A queda está associada à diminuição da área plantada e também à queda na produtividade do cereal.

EXPORTAÇÕES

As exportações de soja em grãos estão estimadas em 117,97 milhões de toneladas, um crescimento de 1,5% em relação à safra anterior. No caso do milho, as exportações devem alcançar 43,9 milhões de toneladas. Mas o destaque do cereal será o crescimento do mercado interno em 6,6% por causa da produção de etanol.

O arroz deverá ter as exportações reduzidas em 17,4%. Isso porque, como a previsão é de produção menor, os grãos devem ser consumidos pelo mercado interno, que ficará estável.

ESTRADAS

Concessões para 2027 têm 11 projetos rodoviários

LEONARDO GODIM E CIRCE BONATELLI

A carteira de concessões rodoviárias federais de 2027 terá 11 leilões, que somam 4,5 mil quilômetros de estradas e R\$ 102,6 bilhões em investimentos ao longo dos contratos, de acordo com o ministro dos Transportes, George Santoro. Do total, R\$ 54,9 bilhões são para obras e R\$ 47,8 bilhões para operação e manutenção. Os contratos preveem 569 km

de duplicação e 550 km de faixas adicionais.

Nove leilões são projetos novos, com 3.721 km e R\$ 86,2 bilhões em investimentos. Os outros dois são renegociações de contratos já existentes: a Transbrasiliana (BR-153/SP) e a Planalto Sul (BR-116/PR/SC), que somam 734 km e R\$ 16,5 bilhões.

O calendário começa em junho, com os leilões da Rota Integração do Sul (BR-116/158/290/392/RS) e da Rota Portuária do Sul (BR-116/392/RS). Em ju-

lho, estão previstos dois lotes de rodovias de Santa Catarina (Vale do Itajaí e Meio-Oeste). Em setembro, vai a leilão a Rota do Café (BR-393/RJ).

Em outubro, a Transbrasiliana e a Rota Portuária Itaqui (BR-135/316/MA). Em novembro, o lote Norte Catarinense (BR-280/SC) e a Planalto Sul. Fecham o ano, em dezembro, a Rota do Açú (BR-356/RJ) e a Rota Centro-Sul Baiano (BR-101/BA).

Seis dos 11 projetos já constavam da carteira de 2026 e foram

postergados para o ano que vem. Com a nova leva, o governo prevê chegar ao fim de 2027 com cerca de 24,4 mil km de rodovias federais concedidas, ou 36,6% da malha, ante 31% previstos para o fim de 2026.

Para depois de 2027, há 27 estudos contratados. Três deles podem ser antecipados para a carteira do ano que vem, entre eles a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus e, segundo Santoro, será feita como parceria público-privada (PPP), e não como concessão.

CALOTE

União quita R\$ 244 milhões para estados e municípios em setembro

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O governo federal pagou, em setembro, R\$ 244,01 milhões em dívidas de estados e municípios que estavam inadimplentes. Os dados de garantias honradas e de recuperação de contragarantias estão no Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em operações de crédito e Recuperação de Contragarantias (RMGH), divulgado pelo Tesouro Nacional ontem.

Do total pago no mês, a maior parcela foi de dívidas do Rio Grande do Sul, que somaram R\$ 237,71 milhões; houve também R\$ 6,24 milhões para o Rio Grande do Norte e R\$ 64,89 mil para o município de Santanópolis (BA).

No acumulado do ano, as dívidas honradas pela União somam R\$ 3,38 bilhões. Desde 2016, a União realizou paga-

mentos que somam R\$ 89,90 bilhões para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o governo federal realiza os pagamentos com a condição de que estados e municípios ofereçam contragarantias em valor igual ou superior.

Assim, caso estados ou municípios deixem de pagar prestações de contratos garantidos, caberá à União, além de honrar as dívidas, executar as contragarantias oferecidas para recuperar o crédito. Além do valor original devido, são cobrados do devedor juros de mora, multas e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo.

O Tesouro Nacional destaca ainda que, caso estados e municípios não paguem os compromissos ou atrasem o pagamen-

to, ficam impedidos de obter garantia da União para novos contratos de financiamento por até 12 meses.

Já os estados com Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em vigor poderão contratar novas operações de crédito com garantia da União. Entretanto, a União fica impedida de aplicar as contragarantias para aqueles que obtiveram liminares judiciais.

RECUPERAÇÃO

O relatório mostra que, desde 2016, a União recuperou R\$ 6,06 bilhões dos entes subnacionais. Em setembro, foram recuperados R\$ 6,64 milhões.

“O principal fator que explica esse baixo volume de valores recuperados é que grande parte das garantias honradas, aproximadamente R\$ 80,09 bilhões,

são de estados que participam ou participaram do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e, por essa razão, têm o benefício de suspensão temporária da execução da contragarantia”, informou o Tesouro.

Além disso, há R\$ 528,05 milhões que não podem ser recuperados pela União em razão de decisões judiciais.

O relatório mostra ainda que há R\$ 1,9 bilhão utilizados pelos estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Piauí como compensação por perdas na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2022.

A Lei Complementar 201/2023 prevê o socorro para estados, municípios e Distrito Federal, para compensar as perdas decorrentes da redução de suas arrecadações.

ALCKMIN

Portal Único de Comércio Exterior reduzirá custo Brasil em R\$ 40 bi por ano

RAYLLANNA CARDOSO E GABRIEL GONÇALVES/AE

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou ontem que a implantação do Portal Único de Comércio Exterior permitirá reduzir o custo Brasil em R\$ 40 bilhões por ano. Durante discurso em encontro com empresários baianos, em Salvador, Alckmin defendeu a simplificação dos procedimentos de importação e exportação e afirmou que o sistema estará totalmente implantado até dezembro.

Segundo o vice-presidente, a ferramenta permitirá reduzir a burocracia na emissão de licenças e o tempo de espera das mercadorias nos portos. “Isso vai reduzir em R\$ 40 bilhões por ano o custo do Brasil”, disse.

Alckmin afirmou que cada dia de carga parada representa um custo equivalente a 0,8% de seu valor. “Se ela ficar cinco dias parada lá, já perdeu 4% do valor da carga”, exemplificou.

Ele explicou que, anteriormente, a exportação de três produtos poderia exigir três licenças diferentes, enquanto o novo

sistema permitirá utilizar uma única licença com validade de dois, três ou quatro anos, dependendo da mercadoria.

O vice-presidente também criticou o excesso de burocracia no País. “Nós temos uma herança cartorial. Portugal, com a União Europeia, se modernizou e nós ficamos com a cultura cartorial, que precisa ser simplificada”, afirmou.

Ao abordar os desafios econômicos do País, Alckmin defendeu a necessidade de combinar crescimento e controle das despesas públicas para melhorar a relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB).

O vice-presidente citou a gestão fiscal dos primeiros governos Lula, afirmando que o petista registrou superávit primário de 3% e acumulou US\$ 350 bilhões em reservas internacionais, que, segundo ele, contribuíram para dar segurança à economia.

Alckmin também ressaltou a importância da experiência para enfrentar os desafios econômicos. “Então tem muita coisa a ser feita, mas precisa experiência”, afirmou.

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

IBGE

Vendas no comércio têm variação de 0,1% em agosto

O volume de vendas no comércio varejista registrou variação de 0,1% em agosto deste ano frente a julho, na série com ajuste sazonal, após queda de 0,8% no mês anterior. Com esse resultado, a média móvel trimestral para o varejo, depois de recuar 0,1% no trimestre encerrado em julho, volta a apresentar -0,1% de variação no trimestre encerrado em agosto.

Os dados estão na Pesquisa Mensal do Comércio, do Institu-

to Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem. No ano, o varejo acumula alta de 1,7% e, nos últimos 12 meses, de 1,6%.

Segundo o IBGE, no comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças; Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas em agosto variou -0,2% frente ao mês imediatamente anterior, após

alta de 0,5% em julho de 2026. Com isso, a média móvel trimestral para o varejo ampliado volta a recuar 0,3% no trimestre terminado em agosto, mesmo valor da variação de junho.

O volume de vendas do comércio varejista, na passagem de julho para agosto, na série com ajuste sazonal, em termos setoriais, registrou seis taxas positivas e duas negativas. No lado positivo, foram as atividades de Equipamentos e material para

escritório, informática e comunicação (6,3%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,4%), Combustíveis e lubrificantes (1,1%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,7%), tecidos, vestuário e calçados (0,6%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%).

No lado negativo, figuraram Móveis e eletrodomésticos (-4,2%) e Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,3%).

PESQUISA PALVER

Fim da 6x1 tem apoio de 74% nas redes, mas Flávio gera desconfiança

GABRIEL GONÇALVES/AE

A aprovação do fim da escala de trabalho 6x1 pelo Senado contra apoio majoritário nas redes sociais, mas a discussão passou a incorporar dúvidas sobre a manutenção da medida em um eventual governo de Flávio Bolsonaro (PL). Levantamento da Palver divulgado ontem, mostra que 74% das mensagens com posicionamento identificado nas redes são favoráveis à redução da jornada, ante 26% contrárias.

Apesar do anúncio de voto favorável do senador, sua mudança de posição passou a ser associada a acusações de oportunismo eleitoral e questionamentos sobre possíveis alterações futuras nos direitos trabalhistas.

O apoio também prevalece nos aplicativos de mensagens, embora com maior resistência à proposta. Nesse ambiente, 61% das manifestações posicionadas são favoráveis ao fim da escala 6x1 e 39% contrárias.

A diferença de 13 pontos percentuais no apoio entre as duas fontes indica, segundo a Palver, que a oposição à medida tem maior presença na mensageria, ambiente em que grupos bolsonaristas tendem a se articular melhor. Os percentuais de posicionamento consideram manifestações entre 8 e 15 de outubro.

O estudo acompanhou a repercussão da proposta entre 1º e 15 de outubro, período marcado pela campanha do segundo turno das eleições presidenciais e pela aprovação, na quarta-feira, 14, da PEC 221/2019. O texto, aprovado pelo Senado por 75 votos a 1, reduz a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais e garante dois dias de descanso remunerado, sem redução salarial.

A principal narrativa identificada pela Palver, com peso estimado de 23% na amostra analisada, celebra a aprovação como uma conquista histórica dos trabalhadores e atribui ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a pressão política que teria viabilizado a medida. Essas manifestações destacam os benefícios da redução da jornada para a convivência familiar, a saúde mental e a qualidade de vida, especialmente de mulheres submetidas à dupla jornada de trabalho.

A segunda narrativa mais frequente, com 22%, concentra-se na mudança de posicionamento de Flávio Bolsonaro, que anunciou apoio à proposta na terça-feira, 13, após ter defendido um modelo alternativo de jornada flexível e remuneração por hora. Nesse grupo, predominam questionamentos sobre a coerência do senador, diante de suas ressalvas à proposta e da ausência de seu nome no registro da votação.

Segundo a Palver, o anúncio favorável diminuiu o espaço para associar Flávio à oposição ao fim da escala 6x1, mas não resultou em ganho de imagem perceptível na amostra analisada. A mudança foi interpretada por parte dos usuários como cálculo eleitoral, diante da proximidade do segundo turno, marcado para 25 de outubro. O levantamento também menciona que esta é a única das três narrativas em que as mensagens críticas ao fim da 6x1 superam as favoráveis.



MUDANÇAS FUTURAS

Uma terceira narrativa, responsável por 18% das discussões classificadas, concentra-se na possibilidade de reversão indireta dos benefícios da redução da jornada. As manifestações relacionam Flávio e o senador Rogério Marinho (PL-RN) à PEC 12/2026, que prevê remuneração por hora trabalhada, e levantam dúvidas sobre seus possíveis efeitos sobre o salário mínimo, o 13º salário, as férias e o FGTS.

Nesse grupo, aparecem argumentos de que a adoção de um modelo de remuneração por hora poderia reduzir os rendimentos dos trabalhadores e de que o PL poderia manter a flexibilização da jornada em sua agenda após as eleições. Trata-se de receios expressos nas manifestações analisadas, e não de uma conclusão do levantamento sobre os efeitos efetivos da proposta.

Segundo a Palver, a aprovação no Senado deslocou a discussão para a disputa pela autoria política da conquista e para os questionamentos sobre a implementação da medida e possíveis mudanças futuras nas regras de jornada e remuneração.

Além de Lula e do campo governista, o levantamento identifica reconhecimento ao trabalho da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), de Rick Azevedo (PSOL) e do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), apontados como protagonistas da mobilização pela redução da

jornada. A presença desses atores, segundo a empresa, também revela uma disputa pelo reconhecimento político da conquista.

REPERCUSSÃO

A discussão ganhou força depois do anúncio de Flávio, em 13 de outubro, e da aprovação da proposta pelo Senado no dia seguinte. A maior intensidade horária foi registrada às 22h da quarta-feira, após a votação.

Nas redes sociais, a repercussão alcançou 9 mil menções a cada 100 mil mensagens ontem, considerando os dados coletados até as 9h. Nos aplicativos de mensagens, o pico diário ocorreu em 14 de outubro, com 388 menções a cada 100 mil mensagens.

No dia seguinte à aprovação, ganharam espaço as discussões sobre a ausência de Flávio e de outros senadores no registro da votação, as regras de transição para a nova jornada e as condições de implementação da medida.

Na avaliação da Palver, a promulgação da proposta deve renovar a disputa pela autoria política da conquista, enquanto os questionamentos sobre uma possível reversão da medida e sobre a PEC 12/2026 podem prolongar o debate.

O levantamento foi realizado a partir do monitoramento de menções à escala 6x1, à redução da jornada e às propostas de flexibilização do trabalho em redes sociais e aplicativos de mensagens, entre 1º e 15 de outubro. Os percentuais de apoio e rejeição desconsideram manifestações neutras e refletem o posicionamento das mensagens analisadas, não uma pesquisa representativa de opinião pública.

Aquisição

Itaú Unibanco fecha acordo para comprar 35% da gestora Prisma

CYNTHIA DECLOEDT/AE

O Itaú Unibanco e a gestora de investimentos alternativos brasileira Prisma Capital anunciaram a assinatura de um acordo de investimento pelo qual o Itaú passará a deter participação de 35% na Prisma, por meio de ações preferenciais. De acordo com o comunicado divulgado pela Prisma, os atuais sócios seguem com os 65% restantes e com o controle da gestora.

O investimento do Itaú será feito por meio de um aumento de capital 100% primário (quando os recursos entram diretamente no caixa) na Prisma. Os recursos aportados pelo banco serão utilizados para ampliar a capacidade de investimento da gestora, incluindo na forma de coinvestimento em fundos ao lado de seus clientes, além de acelerar iniciativas estratégicas, como a criação e aquisição de plataformas proprietárias de origem de ativos para os fundos geridos pela Prisma.

"A Prisma construiu uma das plataformas mais admiradas do País em investimentos alternativos", afirma Carlos Fernando Rossi Constantini, diretor de Wealth Management & Services do Itaú, no comunicado.

Segundo ele, o movimento "reforça o posicionamento do Itaú no segmento de alternativos, permitindo melhor capturar o potencial de crescimento desse mercado no Brasil".

A Prisma foi fundada em 2017 por Marcelo Hallack, João Mendes e Lucas Canhoto, e tem cerca de R\$ 28 bilhões sob gestão. Nesse período, investiu mais de R\$ 14 bilhões em 120 transações.

A gestora é especializada em estratégias de solução de capital para empresas, incluindo crédito estruturado, private equity (compra de participação em empresas), ativos imobiliários, créditos não performados de empresas, falências e recuperações judiciais, financiamento de litígios e gestão de passivos e contingências.

"Esta é a transação mais importante da história da Prisma", diz Hallack no mesmo comunicado. "Trazer o Itaú como sócio cria uma base de capital robusta e reforça nossa governança, sem mudar o que nos trouxe até aqui."

A conclusão da operação está sujeita às condições usuais, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Banco Central do Brasil.

ENCOMENDAS

Estaleiro no RS começa a construir navios de Transpetro

DOUGLAS CORRÊA/ ABRASIL

O Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul, deu início à construção do primeiro de quatro navios do tipo Handy-max contratados pela Transpetro (subsidiária de logística da Petrobras), no âmbito do Programa Mar Aberto. A iniciativa é voltada à renovação e ampliação da frota própria do Sistema Petrobras.

Ontem foi realizada a cerimônia de batimento de quilha, a "espinha dorsal" por onde a construção de um navio é iniciada. O ato de batimento é uma tradição secular considerada símbolo de proteção e boa sorte para a embarcação e seus tripulantes.

"A construção desses navios representa um marco na retomada dos investimentos da Transpetro em sua frota própria. O projeto reforça a estra-

tégia da companhia de ampliar sua capacidade operacional para atender às demandas do mercado e acompanhar a expansão da produção de petróleo no país", destacou o diretor de Transporte Marítimo da Transpetro, Jones Soares.

As embarcações vão transportar produtos claros derivados de petróleo, como diesel marítimo, diesel S10, diesel S500 e gasolina de aviação. No total, a Ecovix construirá 13 navios para a Transpetro nos próximos anos, sendo quatro Handymax; além de cinco navios-tanque do tipo pressurizado para o transporte de GLP e derivados; e quatro navios de médio porte da classe MR1 (Medium Range).

A expectativa é que sejam gerados até 5 mil empregos diretos e indiretos com os trabalhos nas diferentes embarcações.

Nota

ALCOA TEM ALTA NO LUCRO E NAS VENDAS DO 3º TRIMESTRE DEVIDO AO AUMENTO DA PRODUÇÃO

A Alcoa teve um lucro líquido de US\$ 483 milhões no terceiro trimestre de 2026, com o lucro diluído por ação em US\$ 1,81, acima dos US\$ 1,51 previstos pelos analistas da FactSet. A receita da empresa ficou em US\$ 3,7 bilhões, um aumento de 23,6% em relação ao terceiro trimestre de 2026, mas abaixo dos US\$ 3,76 bilhões esperados pelos analistas. "Durante o terceiro trimestre, avançamos na aquisição da Aligroup, melhoramos o desempenho da refinaria e aumentamos a produção em nosso portfólio de fundição", pontuou o presidente e CEO da Alcoa, William Oplinger. "Ao olharmos para o futuro, continuamos focados em fortalecer o desempenho em segurança, manter a estabilidade operacional e construir sobre esse impulso enquanto trabalhamos para concluir a aquisição da Aligroup no primeiro semestre de 2027".

JULIA MACIEL/AE

As exportações do agronegócio do Rio Grande do Sul somaram US\$ 1,86 bilhão em setembro de 2026, alta de 10% em receita e de 19,2% em volume, para 2,87 milhões de toneladas, na comparação com igual mês de 2025. O resultado foi impulsionado pelos embarques de complexo soja, celulose, carne de frango e arroz, aponta o Relatório de Comércio Exterior divulgado pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) ontem.

No acumulado de janeiro a setembro de 2026, as vendas externas do setor agropecuário gaúcho atingiram US\$ 11,75 bilhões, valor 10% superior aos

US\$ 10,69 bilhões registrados em igual período de 2025. Em volume, o total dos primeiros nove meses do ano somou 17,93 milhões de toneladas, avanço de 9,8% frente às 16,33 milhões de toneladas de um ano antes.

De acordo com a federação, o desempenho das proteínas animais teve direções distintas em setembro. A carne de frango in natura registrou alta de 16% em valor e de 4% em volume. Em contrapartida, as vendas de carne bovina recuaram 23% em faturamento e 33% em volume, enquanto a carne suína in natura teve retração de 20% em valor e de 5% em volume.

As exportações de bovinos vivos apresentaram queda de

60,2% em valor e de 72,6% em volume em setembro, decorrente da redução das vendas para a Turquia, que passaram de cerca de US\$ 7,6 milhões para US\$ 267 mil. O Marrocos, por sua vez, ampliou as compras para US\$ 4,2 milhões. O grupo de fumo e seus produtos registrou diminuição de 40,6% em valor e de 36,6% em volume.

A China permaneceu como o principal destino dos produtos do agronegócio do Estado em setembro, somando US\$ 828,1 milhões, o equivalente a 44,6% do total exportado. O resultado representa expansão de 21,8% ante igual mês de 2025. Na sequência, figuraram Espanha (US\$ 69,1 milhões),

Países Baixos (US\$ 64,2 milhões), Estados Unidos (US\$ 59,2 milhões), Índia (US\$ 58,9 milhões) e Emirados Árabes Unidos (US\$ 55 milhões).

Por blocos e regiões, a Ásia (exceto Oriente Médio) liderou os destinos, com US\$ 1,11 bilhão (+13% em valor e +6% em volume). A América do Norte teve a maior expansão percentual em faturamento (+54%), seguida pela América do Sul (+32%) e pelo Oriente Médio (+21%). Para a União Europeia, os embarques subiram 15% em valor (US\$ 299,6 milhões) e 175% em volume (443,7 mil toneladas), enquanto os maiores recuos absolutos ocorreram nas vendas para Bélgica, Suíça, Filipinas, Polônia e Indonésia.

SUS

Hospital de Bonsucesso chega à marca de 450 leitos

O Hospital Geral de Bonsucesso chegou à marca de 450 leitos em operação para atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Parte do Plano de Reestruturação dos Hospitais Federais do Rio de Janeiro reorganiza a atuação das unidades e a integração à rede do SUS.

De acordo com balanço do Ministério da Saúde, a iniciativa contribuiu para a reabertura de 477 leitos, a contratação de 3.239 profissionais e a retomada de serviços essenciais.

A rede registrou aumento de 708,5% nos atendimentos de emergência, 38,8% nas internações, 28,7% nos procedimentos cirúrgicos e 30,8% nas consultas médicas em comparação com 2022. O trabalho é realizado em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), a Fiocruz, a HUBrasil e universidades federais.

O Hospital Geral de Bonsucesso é referência no atendimento de casos de alta complexidade pelo SUS, oferecendo serviços especializados em cardiologia, cirurgias cardíaca e vascular, oncologia, transplantes, tratamento de doenças renais, traumatismo-ortopedia e terapia intensiva.

A emergência 24 horas do hospital foi reaberta após cinco anos. De janeiro a setembro de 2026, foram realizados 41,3 mil atendimentos, com média de 4,5 mil por mês, cerca de 21% acima da média registrada em 2025.

No mesmo período, o hospital contabilizou 12,1 mil internações, enquanto a média mensal chegou a 1,3 mil, crescimento de 19% em relação a 2025 e de 88% sobre 2024.

Na área de hemodinâmica, o Hospital Geral do Bonsucesso passou a contar com uma segunda sala, equipada com Arco em C, aparelho que permite a realização de procedimentos nos vasos sanguíneos, como an-

gioplastias e arteriografias.

O Hospital Geral de Bonsucesso é referência no atendimento de casos de alta complexidade pelo SUS, oferecendo serviços especializados em cardiologia, cirurgias cardíaca e vascular, oncologia, transplantes, tratamento de doenças renais, traumatismo-ortopedia e terapia intensiva.

A emergência 24 horas do hospital foi reaberta após cinco anos. De janeiro a setembro de 2026, foram realizados 41,3 mil atendimentos, com média de 4,5 mil por mês, cerca de 21% acima da média registrada em 2025.

No mesmo período, o hospital contabilizou 12,1 mil internações, enquanto a média mensal chegou a 1,3 mil, crescimento de 19% em relação a 2025 e de 88% sobre 2024.

REESTRUTURAÇÃO

O Hospital Geral de Bonsucesso é referência no atendimento de casos de alta complexidade pelo SUS, oferecendo serviços especializados em cardiologia, cirurgias cardíaca e vascular, oncologia, transplantes, tratamento de doenças renais, traumatismo-ortopedia e terapia intensiva.

A emergência 24 horas do hospital foi reaberta após cinco anos. De janeiro a setembro de 2026, foram realizados 41,3 mil atendimentos, com média de 4,5 mil por mês, cerca de 21% acima da média registrada em 2025.

No mesmo período, o hospital contabilizou 12,1 mil internações, enquanto a média mensal chegou a 1,3 mil, crescimento de 19% em relação a 2025 e de 88% sobre 2024.

MILICIANO NO PODER

TRE-RJ proclama Douglas Ruas eleito para governo do RJ

O colegiado do Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ) homologou, por unanimidade, em sessão plenária ontem, o resultado da retotalização de votos para o cargo de governador nas Eleições de 2026.

Com isso, o presidente da Corte Eleitoral fluminense, desembargador Claudio de Mello Tavares, proclamou Douglas Ruas (PL) eleito no primeiro turno, já que obteve mais da metade dos votos válidos.

“Os votos computados demonstram que a chapa integrada por Douglas Ruas dos Santos e Fernanda Anchieta Louback foi eleita para os cargos de governador e vice-governadora, com 50,88%, sendo desnecessária a realização do segundo turno, por terem obtido a maioria absoluta dos votos válidos”, afirmou o magistrado.

A cerimônia de retotalização aconteceu no último sábado

(10), na sede do TRE-RJ, centro do Rio. O procedimento foi motivado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que confirmou o indeferimento do registro de candidatura de Anthony Garotinho (Republicanos) e considerou nulos os 274.411 votos do candidato, excluindo-os para fins de cálculo do percentual de votos válidos.

Com o procedimento, Douglas Ruas passou de 49,27% dos votos válidos para 50,88%; e Eduardo Paes passou de 42,76% para 44,16%.

De acordo com a Lei das Eleições, é considerado eleito no primeiro turno o candidato a presidente da República ou a governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os brancos e nulos.

A cerimônia de diplomação dos eleitos será no dia 18 de dezembro, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ELEITO

Márcio Canella, aliado de Flávio, é preso pela Polícia Federal

RAYANDERSON GUERRA/AE

Márcio Canella (União Brasil), segundo deputado estadual que recebeu maior número de votos no Rio de Janeiro, foi preso pela Polícia Federal num condomínio de luxo da Barra da Tijuca, na zona sudoeste do Rio, ontem.

A prisão ocorreu na 8ª fase da Operação Unha e Carne, com seis mandados de prisão e 16 de busca e apreensão em sete cidades do estado.

Há pelo menos dez anos, Canella mantém influência política em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Foi vereador, prefeito, deputado estadual e escolhido pelo presidente Flávio Bolsonaro (PL) como candidato a senador na chapa bolsonarista no Estado nas eleições deste ano.

O plano de chegar ao Senado, entretanto, foi interrompido após Canella ser preso, em julho, com um fuzil calibre .556, armamento de calibre restrito, o que motivou a prisão em flagrante por posse irregular de arma de fogo.

A mudança de rota foi acompanhada do desembarque do União Brasil da chapa de Douglas Ruas (PL), governador eleito em primeiro turno. Ele deixou a chapa majoritária e se lançou como candidato a deputado estadual. Foi eleito no dia 4 com 197.178 votos.

Canella foi eleito vereador de Belford Roxo em 2012 e depois chegou à Alerj, onde exerceu três mandatos como deputado estadual.

Nas últimas horas, as buscas pelo termo "Márcio Canella preso" ganharam relevância no Google Trends.

Em 2022, ele foi o deputado estadual mais votado do Rio, com 181.274 votos, à frente de Douglas Ruas (PL), que teve 175.977 na época.

Em 2024, elegeu-se prefeito de Belford Roxo já no primeiro turno, com 62% dos votos. Neste ano, ficou com a segunda maior votação para deputado estadual no estado.

Hoje no União Brasil, o deputado eleito já passou por outros três partidos: PHS, PSL e MDB.

Em 2018, como deputado, Canella propôs a Medalha Tiradentes, maior honraria da Assembleia, ao delegado Marcus Amim. Oito anos depois, os dois dividem o noticiário policial: Amim, ex-secretário de Polícia Civil, também foi preso na operação desta quinta-feira.

No dia 7 de julho, a PF achou um fuzil e munições em situação irregular no carro de Canella, e ele foi preso em flagrante. A prisão foi mantida na audiência de custódia, e ele foi levado para o complexo penitenciário de Bangu.

Três dias depois, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, mandou soltá-lo com tornozeleira eletrônica, passaporte entregue e porte de arma suspenso. Segundo o ministro, Canella apresentou elementos indicando que a arma pertencia a um policial militar responsável por sua segurança.

Nota

SAÚDE APROVA PROTOCOLO PARA TRATAR CRIANÇAS COM HEMOFILIA A

O Ministério da Saúde aprovou protocolo para uso do medicamento emicizumabe no tratamento de crianças até 6 anos com hemofilia A que não apresentam inibidores do fator VIII da coagulação sanguínea. A medida consta de portaria publicada na edição desta quinta-feira do Diário Oficial da União. O documento estabelece critérios de diagnóstico, inclusão e exclusão de pacientes, além das condições de tratamento e dos mecanismos de regulação, controle e avaliação. O protocolo tem abrangência nacional e deverá ser usado pelas secretarias de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para regular o acesso ao tratamento. O tratamento é considerado menos invasivo. Ao contrário da terapia tradicional com fator VIII, que exige infusões nas veias, o emicizumabe é aplicado por via subcutânea, de forma menos invasiva. O tratamento, de acordo com o ministério, diminuiria também a frequência dos sangramentos. De acordo com a portaria, o paciente ou o responsável legal deverá ser informado sobre os potenciais riscos, efeitos colaterais e eventos adversos relacionados ao uso do emicizumabe. O protocolo completo ficará disponível no site do Ministério da Saúde, na área destinada aos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

Calor extremo ameaça produtividade, pressiona preços e pode gerar perdas de US\$ 2,4 trilhões na economia global

POR REDAÇÃO

Avanço das temperaturas globais e a maior frequência de eventos climáticos extremos estão ampliando os riscos para a economia, com impactos sobre a produção agrícola, o mercado de trabalho, o consumo de energia e os preços dos alimentos. Em 2026, projeções da Organização Meteorológica Mundial (OMM) reforçaram o alerta de que o aquecimento do planeta pode ultrapassar temporariamente 1,5°C em relação ao período pré-industrial, intensificando os desafios econômicos para países como o Brasil.

Segundo relatório divulgado pela OMM em maio, existe uma probabilidade de 91% de que pelo menos um ano entre 2026 e 2030 registre temperatura média global superior a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. A organização também estima em 75% a possibilidade de a média dos cinco anos superar esse patamar. O limite estabelecido pelo Acordo de Paris, entretanto, considera o aquecimento sustentado por um período prolongado.

Os efeitos econômicos já aparecem em setores dependentes das condições climáticas. Na agricultura, temperaturas elevadas e alterações no regime de chuvas podem comprometer safras, reduzir a oferta de produtos e aumentar os custos de produção. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas cresceu 18,2% em 2025, após um ano marcado por condições climáticas desfavoráveis.

A instabilidade na produção agrícola também pode atingir o orçamento das fa-

mílias. A redução da oferta de alimentos tende a pressionar os preços, enquanto produtores enfrentam despesas adicionais com irrigação, armazenamento e recuperação de áreas afetadas por secas ou enchentes.

Calor pode reduzir produtividade e elevar custos das empresas

Os efeitos do aquecimento também alcançam o mercado de trabalho. Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado em 2019, estima que o estresse térmico poderá provocar a perda de 2,2% das horas trabalhadas no mundo até 2030, equivalente a 80 milhões de empregos em tempo integral e a US\$ 2,4 trilhões em perdas econômicas anuais.

A agricultura e a construção civil estão entre os setores mais expostos, especialmente pela presença de trabalhadores em ambientes externos. O calor excessivo pode exigir pausas, alterações de jornadas e investimentos em proteção, afetando os custos operacionais.

“O impacto do estresse térmico sobre a produtividade do trabalho é uma consequência grave das mudanças climáticas”, afirmou Catherine Saget, pesquisadora da OIT e uma das autoras do levantamento, em tradução de declaração divulgada pela organização.

Outro impacto envolve o setor energético. O aumento da utilização de aparelhos de refrigeração eleva a demanda por eletricidade, enquanto períodos de estiagem podem comprometer a geração hidrelétrica, ampliando a necessidade de outras fontes de energia.

Para a secretária-geral da OMM, Celeste Saulo, as temperaturas elevadas em terra e nos oceanos contribuíram para intensificar fenômenos como ondas de calor, chuvas intensas e ciclones tropicais. Em janeiro de 2026, ela destacou a importância dos sistemas de alerta para reduzir os riscos associados a esses eventos.

Diante desse cenário, investimentos em infraestrutura, adaptação climática e prevenção de desastres passam a integrar o planejamento econômico de governos e empresas, com reflexos sobre a produção, o emprego e o custo de vida.

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



SISTEMA ELETRÔNICO

TSE derruba prazo de 48 horas para canais eleitorais registrados

FABRÍCIA BRAGA/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por unanimidade, ontem, eliminar a exigência de espera de 48 horas para a utilização de canais eletrônicos registrados pelas campanhas eleitorais fora do prazo inicialmente previsto. Com a mudança, as ferramentas podem ser utilizadas imediatamente após a comunicação à Justiça Eleitoral, mesmo quando o registro ocorrer tardiamente.

A alteração ocorre em meio as últimas disputas judiciais envolvendo canais de comunicação digital vinculados às campanhas presidenciais no segundo turno, entre eles o "Exército do Lula", associado à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o "Tropa do Flávio", ligado à campanha de Flávio Bolsonaro (PL).

Na decisão, o presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, justificou as medidas adotadas pela Corte como uma forma de proteger o ambiente informacional durante o processo eleitoral.

"As medidas até agora ado-

tadas por esta Presidência tiveram por finalidade preservar a integridade do ambiente informacional das Eleições 2026, especialmente diante dos riscos decorrentes da disseminação de desinformação e do uso indevido dos meios de comunicação social", afirmou.

Kassio também mencionou a reunião realizada em 13 de outubro com representantes das campanhas de Lula e Flávio Bolsonaro. Segundo o ministro, o encontro buscou estimular a cooperação entre as candidaturas e evitar a circulação de desinformação durante a reta final da disputa.

"O encontro reafirmou a importância do compromisso das campanhas com a regularidade da disputa e com a preservação de um ambiente informacional íntegro, sem prejuízo da liberdade de expressão e do debate político", declarou.

No mesmo documento, Kassio determinou o restabelecimento imediato do canal "Exército do Lula", incluindo a possibilidade de realizar novas publicações e permitir a entrada de seguidores

ENFIM

TSE decide pela remoção de vídeos que associam Lula a fraudes no INSS

RICARDO STUCKERT/PR



LÓREN SOUZA/AE

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem pela remoção de vídeos publicados nas redes sociais que associam o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a supostas irregularidades envolvendo seu filho, Fábio Luís Lula da Silva, em fraudes relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A decisão estabeleceu o prazo de 24 horas para a remoção ou indisponibilização das publicações.

A ação foi elaborada pela coligação Brasil Pronto Pra Mais, que apoia a reeleição de Lula, contra o Partido Liberal, o senador e candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL) e o deputado federal Nikolas Ferreira (PL).

A coligação pediu direito de resposta para publicações que reproduzem trechos de discurso de Lula sobre trabalhadores de limpeza urbana que se mesclam a críticas de adversários políticos. Há também trechos que fazem referência ao suposto recebimento de R\$ 300 mil pelo filho do presidente no âmbito das fraudes relacionadas ao INSS.

O pedido foi negado anteriormente pelo relator do caso, o ministro André Mendonça, que votou pela manutenção dos conteúdos. No entanto, a retirada dos conteúdos foi avaliada novamente pelo plenário da Corte, que divergiu, por maioria, da decisão de Mendonça.

Segundo o relator, as falas que constam das publicações fazem parte do debate político. Sobre as menções ao INSS, Mendonça defendeu que a existência de notícias e inves-

tigações respalda as referências presentes nos vídeos.

O presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, considerou que as críticas às falas sobre os trabalhadores de limpeza urbana estavam protegidas pelo direito de expressão. No entanto, votou pela retirada dos conteúdos que associam Lula a irregularidades envolvendo o filho e o INSS.

Ainda segundo o presidente da Corte, a liberdade de expressão não autoriza a imputação de crimes sem suporte factual e mesmo a associação entre o candidato e as acusações presentes nos vídeos é justificativa para a retirada do ar do conteúdo.

O presidente destacou também que a medida não restringe críticas ou a divulgação de investigações, mas é uma forma de impedir que o eleitorado seja exposto a suspeitas apresentadas como fatos incontroversos.

Os ministros Dias Toffoli e Estela Aranha acompanharam o voto do presidente.

Os ministros Floriano de Azevedo Marques e Ricardo Villas Bôas Cueva consideraram que houve descontextualização das falas sobre os trabalhadores de limpeza urbana e associação indevida de possível prática criminosa.

Por fim, Sebastião Reis Júnior também considerou que houve descontextualização da fala sobre os garis, mas acompanhou André Mendonça quanto às referências ao INSS.

Com a decisão, os conteúdos que relacionam Lula às investigações do INSS devem ser removidos em até 24 horas. A medida é liminar e não encerra a análise do mérito do processo.

MICRO EMPREENDEDOR

Senado aprova maior limite e perdão de dívida para MEIs

PEDRO RAFAEL VILELA/A BRASIL

O Senado Federal aprovou ontem o projeto que aumenta o teto da receita bruta anual do microempreendedor individual (MEI) e o perdão de dívidas inscritas na dívida ativa da União até 13 de outubro de 2026. De forma unânime, a proposta foi aprovada por 78 votos favoráveis e nenhum contrário.

Com a aprovação, o limite vai subir progressivamente dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Esta é a primeira vez desde 2018 que o teto é reajustado. A matéria já havia passado pela Câmara dos Deputados e agora seguirá para sanção presidencial.

O projeto de Lei Complementar (PLP) 186/26, de autoria do Poder Executivo, estabelece ainda que um MEI possa contratar até dois empregados que recebam exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional. A legislação atualmente permite a contratação de apenas um empregado.

O texto foi apresentado sob o regime de urgência constitucional. O governo argumentou que a mudança atende a uma demanda recorrente dos microempreendedores, impulsionada pelas discussões sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, aprovados no Congresso Nacional.

Segundo o relator do projeto no Senado, Carlos Fávaro (PSD-MT) (**foto**), a proposta corrige



GUILHERME MARTIMON/MAPA

uma distorção histórica com os microempreendedores brasileiros e com as pessoas que sonham em tocar o próprio negócio.

"O microempreendedor individual representa uma das mais relevantes de políticas públicas de inclusão produtiva implementadas no país. A exposição de motivos informa a existência de aproximadamente 17 milhões de MEIs que serão beneficiados pelo projeto", destacou na tribuna.

A ampliação do teto de receita bruta, segundo o governo, não representa expansão real do regime, mas recomposição monetária do mesmo patamar fixado em 2018. Desde então, a

inflação acumulada supera os 54%, fator que justificaria o reajuste. O impacto orçamentário da expansão será de R\$ 1,57 bilhão em 2027, R\$ 3,15 bilhões em 2028 e R\$ 3,38 bilhões em 2029.

PERDÃO DE DÍVIDAS

O projeto também concede anistia integral de dívidas de MEIs, inscritos na Dívida Ativa da União até 13 de outubro de 2026. Cerca de 3,6 milhões de microempreendedores podem ser beneficiados por este perdão e o volume estimado de débitos chega a R\$ 12,6 bilhões.

Para ter direito ao benefício, o MEI deverá ficar adimplente

no recolhimento dos tributos nos seis meses subsequentes à data de entrada em vigor da lei complementar, sob pena de cancelamento da remissão.

Além disso, o MEI terá que desistir de ações judiciais em curso na data de entrada em vigor da lei complementar. Não haverá pagamento de honorários advocatícios por causa da extinção do processo judicial.

A proposta aprovada também aumenta para R\$ 100 mil o limite do valor para realização de licitações destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, atualmente fixado em R\$ 80 mil.

ESCALA DE TRABALHO

CUT elogia fim da ‘massacrante’ 6x1; CNI defende revisão da PEC

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Enquanto os sindicatos que representam trabalhadores comemoram o fim da escala 6x1, as entidades empresariais lamentam a abolição da jornada e cobram do Congresso Nacional a revisão da proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada na noite de quarta-feira.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) saudou o fim da “massacrante escala 6x1” e a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais como uma vitória “maiuscula da luta, do suor e da organização da classe trabalhadora brasileira”.

“(A aprovação) marca um divisor de águas na superação de um modelo arcaico e cruel que suga as energias de quem realmente trabalha e produz a riqueza desta nação”, afirmou a entidade, em nota.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) reclamou que a PEC representa um “retrocesso”

para o Brasil, que já sofre com baixa produtividade e falta de competitividade.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, pediu que o Congresso revise a aprovação da PEC 221/2019 “após a constatação, por exemplo, da perda de competitividade e da alta inflacionária”.

“Acreditamos que o Congresso Nacional possa abrir espaço para revisitar o tema visando encontrar a melhor solução para a economia brasileira”, disse o representante.

Também por meio de nota, a Força Sindical destacou que o “diálogo democrático” com todos os segmentos da sociedade conquistaram a aprovação da PEC do fim da 6x1.

“A medida beneficiará milhões de pessoas pelo país, que poderão contar com mais tempo para cuidados com a saúde, convivência com a família, formação, lazer, ou seja, para usufruir como melhor lhe convém”, escreveu Miguel Torres, presidente da central Força Sindical.

Torres acrescentou que estudos e experiências internacionais demonstram que a redução da jornada tende a elevar a produtividade, qualificar o tempo de trabalho e gerar novos postos de emprego.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que representa as empresas, lamentou a discussão do tema “em pleno período eleitoral”.

“Mudanças estruturais dessa magnitude exigem aprofundamento técnico, diálogo e avaliação criteriosa de seus impactos sobre o emprego, a competitividade e a sustentabilidade das empresas, especialmente nos setores de comércio, serviços e turismo”, escreveu, em nota, a entidade patronal.

A CNI calcula que a redução da jornada aumenta os custos de produção em até R\$ 267 bilhões, com queda de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e inflação média de 6,2%.

Estudos têm divergido sobre

impactos no PIB e na inflação do fim da escala 6x1. Enquanto algumas pesquisas registram amplos impactos negativos, outras apontam prejuízo residual.

Estudo do Ipea avalia que a redução da jornada terá um impacto de 1% no custo total das empresas, em setores como comércio e indústria, chegando até 6,6% nos setores da vigilância e segurança.

APROVAÇÃO

O plenário do Senado concluiu a aprovação da PEC do fim da 6x1 na noite de ontem com 75 votos a favor e apenas um contrário.

A oposição, que era contrária à aprovação da matéria, mudou de lado após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pautar o tema no plenário.

Em entrevista à TV Jovem Pan, o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que, se eleito, Flávio Bolsonaro deve aprovar a PEC 12/2026, que prevê um contrato “por hora trabalhada”.

PICARETA DE BRASÍLIA

Ligada as falcatruas do Master e BRB, Celina Leão lança calúnia contra Lula

A governadora do Distrito Federal e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), declarou ontem, em sabatina para a TV Globo, mas sem provas, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não se envolve diretamente com o empréstimo do governo federal para dar saúde financeira para o Banco de Brasília (BRB) por causa do envolvimento do Palácio do Planalto

com o banqueiro do Banco Master, Daniel Vercaro.

"A gente sempre ouvia falar que o presidente da República queria ficar muito longe da questão do BRB. Hoje eu entendo por que ele queria ficar de longe das questões do BRB. Tem conversas do chefe de gabinete dele recebendo presentes do BRB, tinha o presidente do PT (Edinho Silva) tratando sobre o

BRB local e encontros do Vercaro com o presidente da República", declarou a governadora, de forma mentirosa e caluniosa.

A governadora do Distrito Federal declarou também que uma outra saída para o BRB seria a partir de empréstimo com bancos internacionais com condições semelhantes às do governo federal. Celina também afastou a ideia de que a entidade se-

rá privatizada

"Nós buscamos também uma segunda saída: um empréstimo internacional com bancos internacionais com os mesmos valores, com as mesmas taxas e o mesmo tempo para que o BRB pague esse empréstimo. Mas, a gente tem evitado que esse banco seja privatizado e ele continue sendo público", disse Celina.

REFORMA

Lula apoia maioria penal de 16 anos para crimes hediondos

GABRIEL DE SOUSA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou ontem em sabatina para a TV Globo que é favorável à redução da maioria penal para 16 anos em caso de crimes hediondos. Lula, porém, disse que o tema não deve ser discutido junto com a Proposta de Emenda à Constituição que reformula a segurança pública.

"Eu sou favorável a reduzir para 16 anos, mas não discutin-

do nessa PEC, porque ela não é para isso. Eu acho que a sociedade brasileira inteira é favorável à punição de qualquer crime hediondo", declarou Lula, que disse ter essa opinião "como cidadão brasileiro".

Lula criticou a iniciativa do PL, do senador Flávio Bolsonaro, que enviou de última hora uma emenda que pretendia reduzir a maioria penal para 16 anos - para todos os crimes - e para 14 anos em caso de crimes hediondos. "O problema é que a PEC não discutia isso", disse Lula.

O presidente voltou a dizer que vai criar o Ministério da Segurança Pública assim que a PEC for aprovada. "Queremos asfixiar o crime e libertar territórios para que não haja donos de ruas", disse.

A segurança pública é a área do governo mais rejeitada pelos brasileiros, conforme atestam os principais institutos de pesquisa do País. Por isso, o tema é sensível para Lula, que adota o discurso de que o combate ao crime, conforme prevê a Constituição Federal, é de responsabilidade dos Estados.

O presidente deseja aprovar ainda antes das eleições a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública, que amplia a atuação do governo federal, por meio da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O texto seria votado ontem, pelo Senado Federal, mas o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP) retirou de pauta após a polêmica de emendas do PT e do PL que previam a redução da maioria penal, com viés eleitoral, a 10 dias do segundo turno das eleições.

OTIMISMO

Boulos: 'O segundo turno da 6 por 1 vai ser no dia 25 de outubro'

MARIA MAGNABOSCO/AE

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (PSOL), afirmou ontem, que o segundo turno da eleição presidencial, marcado para 25 de outubro, será decisivo para a manutenção do fim da escala de trabalho 6x1. Em ato pela campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Largo da Alfândega, no Centro de Florianópolis, Boulos acusou o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) de pretender revogar a medida caso seja eleito.

"O segundo turno da 6 por 1 vai ser no dia 25 de outubro! Porque a gente aprendeu com Pepe Mujica que nenhuma conquista é definitiva", declarou. "A gente ganhou a 6 por 1! Ela acabou! Mas a gente sabe qual é o projeto do Flávio Bolsonaro! Ele mesmo diz: se esse canalha ganhar a eleição, ele revoga o fim da 6 por 1 e vota a PEC da hora trabalhada, que retira direitos dos trabalhadores do Brasil!", acrescentou.

Boulos também criticou o voto favorável de Flávio à proposta que acaba com a escala 6x1, durante votação no Sena-

do nesta quarta-feira, 14. O ministro acusou o candidato do PL de tentar enganar os trabalhadores ao apoiar a medida durante a campanha eleitoral, apesar de defender uma proposta alternativa de remuneração por hora trabalhada.

"Ele, além de ser contra o trabalhador, de ter boicotado o fim da 6 por 1 esses meses todos, é covarde porque não teve coragem de botar a sua posição no voto! Chegou lá e votou a favor, achando que ia enganar quem?", afirmou.

Flávio sinalizou a empresários a possibilidade de revisar o fim da escala 6x1 caso seja eleito presidente. Apesar de ter declarado voto favorável à proposta, o senador defende um modelo alternativo de remuneração por hora trabalhada.

Durante o ato, Boulos também pediu a mobilização dos eleitores para o segundo turno e afirmou que a disputa ultrapassa as diferenças ideológicas. O ministro acusou Flávio de representar ameaças a direitos previdenciários e assistenciais, incluindo a aposentadoria e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

LULA E FLÁVIO

TSE proíbe Meta de limitar alcance de conteúdos políticos

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Marco Aurélio Bellizze, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), proibiu a Meta de limitar o alcance de conteúdos políticos relacionados aos candidatos à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). A decisão, proferida ontem, atende a um pedido da coligação de Lula.

Ainda segundo o despacho, a Meta deverá adotar medidas para assegurar a isonomia entre as candidaturas e corrigir falhas sistêmicas relacionadas ao impulsionamento de publicidade.

Bellizze ordenou a fiscalização rigorosa de redes de perfis inautênticos, o cumprimento estrito das regras sobre conteúdos sintéticos gerados por inteligência artificial e a neutralida-

de da ferramenta de inteligência artificial (IA) da Meta no WhatsApp.

No prazo de 24h, a Meta deverá cessar a veiculação de anúncios com propaganda eleitoral favorável ou contrária a Lula ou Flávio que não tenham sido contratados pelas próprias campanhas, em especial os anúncios pagos em contas no exterior.

"As medidas determinadas observam a mínima intervenção da Justiça Eleitoral no debate democrático: não alcançam o conteúdo das manifestações, não asseguram alcance de conteúdo na internet a nenhuma candidatura, aplicam-se igualmente a ambas e cessam com o término do segundo turno", afirmou Bellizze na decisão.

TARIFAÇO

Lula diz que Brasil deve chegar a um acordo com os EUA

GABRIEL DE SOUSA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou ontem, em sabatina para a TV Globo, que o Brasil deve chegar a um acordo com os Estados Unidos em relação às tarifas de exportação de produtos brasileiros.

"Nós estamos negociando. Nesta semana, meu ministro da Indústria e Comércio e das Relações Exteriores estiveram negociando com os Estados Unidos. Eu acho que nós vamos entrar em um acordo", disse Lula.

O presidente Lula também declarou que os Estados Unidos estão preocupados com uma possível aplicação da Lei de Reciprocidade por parte do Palácio do Planalto. Segundo o petista, os americanos precisavam mais do Brasil do que o contrário.

"Quem deve estar preocupado conosco, neste momento, é os Estados Unidos. Eu não fiz a Lei da Reciprocidade,

não quero fazer, eu quero continuar negociando. Mas, se for necessário fazer, nós vamos fazer e eu acho que eles vão ter problema conosco. Nós temos mais coisas que eles precisam do que coisas que eu preciso dele", declarou o presidente.

Lula também rebateu a classificação do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas por parte da Casa Branca. Segundo ele, a realidade do crime no Brasil é diferente da de outros grupos que promovem terror no mundo.

"Quando os Estados Unidos falam em terrorismo, eles falam em terrorismo de Estado, não é o caso das facções e do crime organizado no Brasil que só querem dinheiro. Nós temos consciência de que, aqui no Brasil, PCC e Comando Vermelho são terroristas para a comunidade brasileira, mas não é o terrorismo de Estado que os Estados Unidos querem que seja", disse o candidato à reeleição.

REI DAS RACHADINHAS

Ditadura já começou: Flávio manda Justiça Eleitoral investigar Ana Elisa

LÓREN SOUZA/AE

A 103ª Zona Eleitoral de Divinópolis, Minas Gerais, determinou que a Polícia Federal abra inquérito policial para investigar a deputada federal eleita por Minas Gerais, Ana Elisa Santos Silva (PT).

A decisão ocorreu após o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) apresentar uma notícia-crime que acusa Ana Elisa de divulgação de "fatos sabidamente inverídicos na campanha eleitoral", prática proibida

do pelo artigo 323 do Código Eleitoral.

A notícia-crime de Flávio foi encaminhada ao Ministério Público Eleitoral (MPE), que reconheceu a existência de "elementos suficientes" para justificar o início de procedimento investigativo para a apuração de um possível delito. O MPE também pediu pela preservação de registros digitais de publicações feitas no X, por Ana Elisa.

O MPE, no entanto, se opôs ao pedido de Flávio Bolsonaro para proibir que Ana Elisa publi-

que ou se manifeste nas redes com conteúdos relacionados às eleições presidenciais. O promotor de Justiça considerou que a demanda era genérica e tinha limites indeterminados.

A Justiça Eleitoral acolheu integralmente as considerações do MPE, requerendo ao Departamento de Polícia Federal de Divinópolis a instauração de inquérito policial com o intuito de apurar possível ocorrência do delito.

Além disso, determinou que a empresa X Brasil Internet

mantenha preservada a memória digital das publicações relativas ao período compreendido entre 00h00 do dia 24 de setembro e 23h59 do dia 08 de outubro.

Nas redes, Ana Elisa se manifestou sobre a decisão da Justiça Eleitoral. "Eu sou uma 'menina' de 21 anos do interior de Minas Gerais. Recebi 524 mil votos e tenho 4 milhões de seguidores. Mas eu pergunto: por que um candidato à Presidência da República tem tanto medo do que eu tenho a dizer?"

ENTREVISTA

Lula diz lamentar que população 'não tenha compreendido' feitos do governo

GABRIEL HIRABAHASI
E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) **(foto)** disse, ontem, lamentar que a população não tenha compreendido os avanços do governo, ao falar sobre os resultados da eleição presidencial no primeiro turno. Lula foi entrevistado pela TV Globo nesta quinta, no Rio.

"Acho que nós fizemos muita coisa, eu só lamento que eu não tenha tido a capacidade de fazer o povo compreender o que eu fiz", disse Lula.

Na sabatina, o presidente chamou para si a responsabilidade de ter tido um resultado negativo no primeiro turno da eleição.

"Eu sou o governo. Então, se eu não consegui ser compreendido pela sociedade brasileira sobre o governo que eu fiz, eu não posso ficar julgando a culpa em ninguém, eu tenho que jogar a culpa em mim. Se quando as coisas dão certo, sou eu que ganho, quando dão errado, sou eu

que perco. A responsabilidade é toda minha", declarou o presidente.

O presidente disse ainda que os brasileiros pensaram que o terceiro mandato dele seria como o segundo que ele teve entre 2007 e 2010.

"Foram dois anos e meio para tentar recuperar o País. Eu tenho clareza de que, quando o povo votou em mim, votou com a cabeça no final do meu mandato em 2010, quando a gente estava vivendo um momento de ouro", disse Lula.

O presidente fez uma avaliação positiva da relação dele com o Congresso Nacional, afirmando que englobou todos os partidos, em exceção do PL do candidato à Presidência opositor, Flávio Bolsonaro. "Aprovamos 99% de tudo que a gente fez, até uma reforma tributária que havia 40 anos que queríamos aprovar."

"Todos participaram de ministérios do meu governo, o PP, o União Brasil, o PSD, MDB. Ou seja, nós tivemos uma grande participação das pessoas no go-



ABRASIL

verno. É por isso que nós conseguimos aprovar tudo e, se não for assim, você não governa o País", declarou.

O presidente disse que não pediu a ministros de outros partidos para que o ajudassem na campanha presidencial, assim como não fez em 2006, quando venceu o hoje vice-presidente Geraldo Alckmin (então no PSDB).

Lula terminou o primeiro tur-

no em segundo lugar, atrás do senador Flávio Bolsonaro (PL). O petista teve 45,16% dos votos válidos, contra 47,03% de Flávio. A diferença de 1,87 ponto porcentual é a menor já registrada entre os dois primeiros colocados no primeiro turno.

O resultado surpreendeu a campanha petista, que esperava uma distância pequena entre os dois, mas com Lula à frente de Flávio Após o primeiro turno, a campanha de Lula passou por um rearranjo. Foram incorporados uma nova linguagem nas redes sociais e um discurso mais focado nas ameaças que Flávio representaria a programas sociais.

As principais adições no núcleo duro da campanha foram o senador Camilo Santana (PT-CE), o governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), e o ex-governador da Bahia e senador eleito Rui Costa (PT) Os três têm comandado a operação no QG petista nos últimos dias e têm participado das principais decisões políticas da campanha.

DATAFOLHA

Flávio Bolsonaro e Lula estão tecnicamente empatados no 2º turno

Pesquisa Datafolha divulgada ontem, mostra o senador Flávio Bolsonaro com 47% das intenções de votos totais, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece com 45%. Os dois estão tecnicamente empatados, considerando a margem de erro do levantamento, de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Votos brancos e nulos são 6% e os que não sabem ou não responderam são 2%.

No levantamento anterior, o primeiro realizado após o primeiro turno, Flávio tinha 49% dos votos totais, enquanto Lula alcançava 45%. Os brancos e nulos eram 5%, en-

quanto 1% não souberam ou não responderam.

Considerando os votos válidos, Flávio tem hoje 51% contra 49% de Lula. No levantamento anterior, a vantagem numérica era maior: 52% a 48%.

No primeiro turno da disputa presidencial, Flávio Bolsonaro somou 56.104.503 votos, o que representou 47,03% dos votos válidos, enquanto Lula ficou com 53.879.538, o equivalente a 45,16%.

O instituto também mediu a rejeição dos candidatos. O presidente é hoje rejeitado por 46%. Flávio, por 44%. São 3% os que rejeitam os dois e 7% os que não rejeitam nenhum deles.

ARÁBIA SAUDITA

UE e Conselho de Cooperação do Golfo adiam reunião

THAIS PORSCH/AE

A segunda Cúpula entre a União Europeia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), originalmente planejada para 24 de outubro em Riad, Arábia Saudita, foi adiada. Ainda que o comunicado não cite o motivo para a postergação, a decisão ocorre em meio ao clima de insegurança gerado por ataques recentes ao país pelos rebeldes houthis, apoiados pelo Irã.

Uma nova data será anunciada em breve, informou em comunicado a Comissão Europeia ontem.

"A parceria entre a UE e o CCG é de grande importância estratégica para ambas as regiões. A UE permanece comprometida em aprofundar essa parceria e manter o impulso construído desde a primeira Cúpula, em outubro de 2024", disse o bloco.

Em paralelo, a Federação Internacional de Futebol (FI-

FA) e a Federação Saudita de Esportes Eletrônicos adiaram as Finais FIFAE 2026, programadas para ocorrer em Jeddah de 16 a 25 de outubro, disseram os organizadores nesta quinta. "A decisão segue uma avaliação dos desdobramentos recentes na região e seu impacto nos arranjos logísticos necessários para realizar o torneio", pontuaram.

As companhias aéreas sauditas também estão correndo para evacuar até US\$ 4 bilhões em aeronaves estacionadas no Aeroporto de Riad, diante de ataques dos houthis, informou o *Wall Street Journal*.

Jatos particulares, aviões comerciais e helicópteros estavam estacionados no aeroporto da capital do reino quando as autoridades sauditas fecharam sua pista no sábado, após um míssil abrir um buraco em um de seus terminais, matando pelo menos 12 pessoas e ferindo mais de 300 outras.

CONFLITO

Houthis bombardeiam área de palácio presidencial no Iêmen

Pelo menos seis explosões atingiram ontem, as proximidades do palácio usado pelo governo iemenita reconhecido internacionalmente, na cidade portuária de Aden, disseram testemunhas. Um oficial afirmou que pelo menos duas pessoas morreram, e os rebeldes houthis, apoiados pelo Irã e baseados no norte do Iêmen, reivindicaram a autoria dos ataques.

Foi um ataque raro na área do palácio, em meio à escalada dos confrontos entre os rebeldes e a coalizão liderada pela Arábia Saudita, na mais recente frente da guerra com o Irã. As explosões causaram pânico entre os moradores, que fugiram da área.

Outras seis pessoas ficaram feridas, disse o oficial, que falou sob condição de anonimato por não estar autorizado a falar com a imprensa. O governo afirmou que os houthis atacaram com mísseis e drones, informou a agência de notícias SABA, sediada em Aden.

Um oficial de segurança afirmou que pelo menos duas explosões ocorreram no topo da colina perto do palácio Maashiq, e outras duas perto do portão de segurança.

Muitos líderes do governo iemenita vivem no exílio, e aqueles que estão em Aden estão em segurança, disse um funcionário do governo. Ambos os funcionários falaram sob condição de anonimato porque não estavam autorizados a falar com a imprensa. Os houthis afirmaram ter atacado um quartel-general de operações militares do "inimigo saudita", parte de sua estratégia de atacar alvos sauditas, que inclui uma série de ataques a aeroportos e infraestrutura petrolífera dentro do reino.

A escalada complicou os esforços para pôr fim à guerra com o Irã e abalou ainda mais os mercados globais, enquanto a Arábia Saudita, um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, enfrenta repetidos ataques. A aviação regional também foi afetada, já que os rebeldes alertaram as companhias aéreas sobre o uso do espaço aéreo saudita para ataques. Milhares de voos

em todo o reino foram interrompidos.

Houthis voltam a atacar áreas da Arábia Saudita.

Na manhã de ontem, a coalizão liderada pela Arábia Saudita que combate os houthis afirmou ter interceptado um míssil de cruzeiro sobre a província de Medina. A Flightradar 24, uma plataforma de rastreamento, informou que dezenas de voos foram cancelados ou atrasados no aeroporto de Jeddah.

A declaração da coalizão não atribuiu culpa pelo ataque. O porta-voz militar dos houthis, brigadeiro-general Yahya Saree, negou que os rebeldes o tivessem realizado. O grupo havia prometido anteriormente não atacar aeroportos nas cidades sagradas de Meca e Medina, na Arábia Saudita.

A Arábia Saudita também afirmou ter destruído um drone sobre a província Oriental do país, uma importante região produtora de petróleo, e interceptado um drone em Khamis Mushait, perto de uma importante base aérea militar.

Rebeldes sitiaram a terceira maior cidade do Iêmen.

Dentro do Iêmen, os combates reacenderam uma guerra civil devastadora após quatro anos de relativa calma. Um dos focos de alarme é a cidade de Taiz, sitiada pelos houthis.

Os moradores da terceira maior cidade do Iêmen estão enfrentando escassez de itens básicos. Onde é possível encontrar produtos, os preços dispararam. Os postos de gasolina estão vazios ou fora de serviço. O Programa Mundial de Alimentos afirmou que não consegue mais atender mais de 600 mil pessoas em Taiz que dependem de ajuda humanitária.

Fathiyya Mohamed al-Mugahed disse que saiu em busca de farinha, gás de cozinha e combustível, mas não encontrou nada.

"Os houthis nos cercaram por todos os lados", disse ela. "Tudo o que recebemos deles foram projéteis."

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha afirmou que Taiz registrou alguns dos "maiores números de vítimas" do país.

DESABASTECIMENTO

Israel suspende entrada de mercadorias em Gaza

Israel anunciou a suspensão da entrada de mercadorias comerciais na Faixa de Gaza, restringindo uma das principais fontes de alimentos e materiais para abrigos no território, onde a população enfrenta insegurança alimentar às vésperas do inverno do Hemisfério Norte. A medida também eleva o temor de desabastecimento e alta dos preços.

Em comunicado divulgado na quarta-feira, o COGAT, órgão militar israelense que supervisiona assuntos humanitários em Gaza, informou a interrupção das remessas. Segundo o órgão, a decisão partiu dos próprios comerciantes palestinos, que estariam insatisfeitos com taxas e ameaças do Hamas. Representantes do setor contestaram a versão e atribuíram a suspensão a Israel.

Como a entrada de produtos depende de autorização israelense nas passagens de fronteira, a interrupção tende a reduzir rapidamente a oferta. "O setor humanitário, sozinho, não consegue atender às necessidades de toda a população. Os mercados precisam estar funcionando", afirmou Shaina Low, do Conselho Norueguês para Refugiados.

Um relatório internacional sobre insegurança alimentar apontou neste ano que, embora as condições tenham melhorado desde a declaração de fome em Gaza, em agosto de 2025, a situação permanecia em nível de crise. O documento alertou que mesmo pequenas interrupções no acesso humanitário poderiam reverter os avanços.

O presidente do sindicato dos transportadores privados de Ga-

za, Nahed Sheheiber, negou que os comerciantes tenham interrompido os envios. "A verdade é que foram os israelenses que impuseram as restrições", disse. Após o anúncio, o sindicato se reuniu com o Ministério da Economia de Gaza e acusou Israel de usar como justificativa cobranças feitas pela pasta sobre os caminhões.

Segundo Sheheiber, o ministério exigia 10 mil shekels (cerca de US\$ 3,2 mil) por caminhão. O subsecretário Khaled Al-Raqab afirmou, porém, que o valor era uma doação solicitada para custear salários de servidores, e não um imposto.

O COGAT não esclareceu se organizações de ajuda humanitária poderão ampliar as remessas para compensar a perda dos produtos comerciais. O órgão estimou que os cerca de 2 mi-

lhões de habitantes de Gaza necessitam de 250 caminhões com mercadorias por dia, abaixo dos 600 previstos como mínimo em um acordo de cessar-fogo mediado pelos EUA há um ano.

Desde o início da guerra, desencadeada pelo ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023, mais de 74 mil palestinos morreram em Gaza, segundo o Ministério da Saúde local. O ataque inicial deixou cerca de 1,2 mil mortos em Israel e 251 reféns. O ministério, ligado ao governo do Hamas, afirma que mais de 1,4 mil palestinos morreram desde o cessar-fogo; no período, ataques também mataram cinco militares israelenses. O órgão não separa civis de combatentes em suas estatísticas, consideradas geralmente confiáveis por agências da ONU e especialistas independentes.

EUA

FBI investiga cartas com substâncias suspeitas enviadas a órgãos eleitorais

RARIANE COSTA/AE

Autoridades federais dos Estados Unidos investigam o envio de cartas com substâncias suspeitas a escritórios do Congresso e órgãos eleitorais em diferentes partes do país. O FBI, o Serviço de Inspeção Postal e a Polícia do Capitólio participam da investigação e alertam os destinatários para que tratem as correspondências como potencialmente perigosas.

O caso veio a público ontem, após a divulgação de uma mensagem do sargento de armas do Senado, responsável pela segurança da Casa. O comunicado enviado aos gabinetes dos senadores informou que as autorida-

des trabalham para interceptar outras cartas, mas alertou que algumas ainda podem chegar aos destinatários.

No Congresso, a ameaça parecia estar restrita ao Senado, enquanto a Câmara dos Representantes acompanhava a situação, segundo uma pessoa familiarizada com o assunto ouvida pela AP sob condição de anonimato, por não estar autorizada a comentar publicamente a investigação.

Em comunicado, o FBI informou que algumas das correspondências continham uma substância desconhecida. A agência trabalha com outros órgãos de segurança para responder aos incidentes e identificar os responsáveis pelos envios.

Nesta semana, pacotes com uma substância em pó levaram à evacuação de escritórios eleitorais em pelo menos dois Estados: Louisiana e Oklahoma. Em Ohio, o secretário de Estado, Frank LaRose, informou que o Serviço Postal interceptou um pacote com pó branco destinado a seu gabinete. Segundo ele, correspondências semelhantes foram enviadas a autoridades eleitorais de outros Estados.

Os episódios ocorrem a três semanas das eleições legislativas de meio de mandato, marcadas para 3 de novembro, e lembram uma série de ameaças registradas em 2023. Na ocasião, escritórios eleitorais de seis Estados receberam cartas com pó branco.

Algumas continham ameaças e vestígios de fentanil, um opioide potente, e os casos interromperam atividades eleitorais locais. Os episódios levaram alguns órgãos a manter naxoxona, medicamento usado para reverter overdoses, em seus escritórios.

A Associação Nacional de Secretários de Estado e a Associação Nacional de Diretores Eleitorais Estaduais divulgaram uma declaração conjunta condenando as ameaças contra funcionários eleitorais. O vice-inspetor postal Brendan Donahue também afirmou, na quinta-feira, que ameaças ou ataques contra esses profissionais são inaceitáveis.

TRIBUNAL

Maduro e Cilia Flores se declaram inocentes de acusações de tortura

O ex-presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e sua mulher, Cilia Flores (**foto**), se declararam inocentes ontem, de novas acusações de tortura apresentadas contra eles nos Estados Unidos.

Algemados pelos tornozelos, Maduro e Cilia foram levados a um tribunal de Nova York para responder às denúncias reformuladas, que ampliam as acusações iniciais de tráfico de drogas e os acusam de liderar uma campanha de repressão patrocinada pelo Estado, responsável pela tortura de dezenas de vítimas, incluindo três americanos.

A denúncia abrange alegações de tortura que remontam à chegada de Maduro ao poder, em 2013, quando assumiu a Venezuela no lugar de Hugo Chávez, que morreu de câncer naquele ano.

Ao entrarem no tribunal, Maduro acenou para as pessoas e apertou a mão de um de seus advogados, Barry Pollack, enquanto Cilia deu um beijo na bochecha de um de seus advogados, Mark Donnelly.

Como já haviam feito antes, Maduro e Cilia acompanharam o processo por meio de fones de ouvido pelos quais ouviam a voz de um tradutor. Em alguns momentos, Maduro, que usava óculos, examinava os papéis à sua frente.

Maduro ignorou duas vezes o pedido do juiz Alvin K. Hellerstein para que se declarasse culpado ou inocente das acusações, afirmando, por meio do intérprete, que a



RICARDO STUCKERT/PR

denúncia continha "falsas acusações e falso testemunho". Irritado, Hellerstein afirmou que registraria a declaração de inocência em nome de Maduro.

Na semana passada, quando as denúncias foram anunciadas, Pollack afirmou que Maduro nega as acusações e "aguarda a oportunidade de se defender perante a Justiça".

Segundo a denúncia, Maduro supervisionou um sistema de tortura violento que espancava as vítimas, provocava asfixia e aplicava choques elétricos. Ele é acusado de recomendar pessoalmente métodos de tortura, receber atua-

lizações sobre o que era feito com vítimas específicas e ameaçar matar o filho de um prisioneiro como forma de tortura psicológica.

Cilia é acusada de ajudar a desenvolver o sistema repressivo e ordenar a tortura de pessoas específicas. Quando questionada sobre sua declaração de culpa ou inocência, ela disse, por meio do intérprete: "Sou completamente inocente. Não sou culpada". Ela também afirmou ter lido uma versão em espanhol da nova denúncia.

O julgamento começará em 14 de junho do ano que vem, duas semanas depois do previsto ante-

riormente, de acordo com um cronograma aprovado pelo juiz nesta quinta-feira. O casal deve retornar ao tribunal para outra audiência preliminar em 17 de dezembro.

No início deste ano, o casal já havia sido acusado de narcotráfico e tráfico de armas, mas se declarou inocente de ambos os crimes. A defesa argumenta que o processo deve ser arquivado com base na imunidade, uma vez que Maduro era chefe de Estado e Cilia, primeira-dama de um país estrangeiro.

Maduro e Cilia foram capturados em sua casa, em Caracas, por militares americanos durante uma operação noturna, em 3 de janeiro.

Maduro é investigado há anos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por suspeitas de crimes contra a humanidade relacionados à repressão de opositores. Ele sempre negou ter cometido irregularidades.

A tortura é um crime previsto no direito internacional e pode ser julgada fora do país onde os abusos ocorreram, independentemente da nacionalidade das vítimas. No entanto, processos contra autoridades estrangeiras nos EUA são extremamente raros. Isso ocorreu apenas algumas vezes, incluindo nos casos do filho do ex-presidente da Libéria, Charles Taylor, de russos responsabilizados por crimes de guerra na Ucrânia e de um ex-diretor de prisão da Síria durante o governo de Bashar Assad.